



O PERFIL ESTRUTURAL DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO LOCALIZADAS NA REGIÃO SUL DE MINAS

THE STRUCTURAL PROFILE OF THE LEGISLATIVE SCHOOLS LOCATED IN THE SOUTH REGION OF MINAS

EL PERFIL ESTRUCTURAL DE LAS ESCUELAS LEGISLATIVAS UBICADAS EN LA REGIÓN SUR DEL MINAS

Robson Souza de Almeida¹
Elisa Maria Andrade Brisola²
Maria Auxiliadora Ávila³

Resumo: Apresenta-se, neste trabalho, como são estruturadas as Escolas do Legislativo da região Sul de Minas, com o intuito de compreender suas características e recursos despendidos para os trabalhos visto que há na região quarenta delas instituídas, das quais vinte e seis estão ativas. Assim, são considerados aspectos estruturais, os recursos humanos, orçamentários, as ferramentas de planejamento e controle, plano político-pedagógico, produção científica e publicações, bem como a utilização dos sítios eletrônicos e redes sociais. Este estudo de abordagem quanti-qualitativa foi realizado entre os meses de março a maio de 2021, por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas com quatro dirigentes de Escolas do Legislativo da região Sul de Minas. Os resultados são divididos em oito tópicos e indicam como as estruturas são preponderantes para os trabalhos desenvolvidos por essas escolas, porém demonstram que as Escolas do Legislativo podem evoluir seus trabalhos melhorando suas estruturas.

Palavras-chave: Escola do Legislativo; Sul de Minas; estrutura; Poder Legislativo; educação.

Abstract: This paper presents how the Legislative Schools in the South of Minas region are structured, to understand their characteristics and resources spent on the work, since there are forty of them instituted in the region, of which twenty-six are active. Thus, structural aspects are considered, human resources, budget, planning and control tools, political-pedagogical plan, scientific production, and publications, as well as the use of electronic sites and social networks. This quantitative-qualitative study was carried out between March and May 2021, through the application of questionnaires and interviews with four leaders of Legislative Schools in the South of Minas region. The results are divided into eight topics and indicate how structures are preponderant for the work developed by these schools but demonstrate that the Legislative Schools can evolve their work by improving their structures.

Keywords: Legislative School; South of Minas; structure; education.

¹ Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/MG. Pós-graduado em Gestão Pública pelo Centro Universitário de Lavras - Unilavras. Pós-graduado em Comércio Exterior e Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Graduado em Administração com linha de formação em Comércio Exterior pelo Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/ MG. Secretário-geral na Câmara Municipal de Varginha/MG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2753-7516>. E-mail: robsonsa@gmail.com

² Professora do corpo permanente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/MG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9571-0923>. E-mail: elisa.brisola@professor.unis.edu.br

³ Professora do corpo permanente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/MG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4670-4735>. E-mail: maria.avila@professor.unis.edu.br

Resumen: Este artículo presenta cómo están estructuradas las Escuelas Legislativas de la región Sur de Minas, con el fin de comprender sus características y los recursos destinados al trabajo, ya que hay cuarenta instituidas en la región, de las cuales veintiséis están activas. Así, se consideran aspectos estructurales, recursos humanos, presupuesto, herramientas de planificación y control, plan político-pedagógico, producción y publicaciones científicas, así como el uso de sitios electrónicos y redes sociales. Este estudio cuantitativo-cualitativo se llevó a cabo entre marzo y mayo de 2021, a través de la aplicación de cuestionarios y entrevistas con cuatro líderes de Escuelas Legislativas en la región Sur de Minas. Los resultados se dividen en ocho temas e indican cómo las estructuras son preponderantes para el trabajo desarrollado por estas escuelas, pero demuestran que las Escuelas Legislativas pueden evolucionar su trabajo mejorando sus estructuras.

Palabras clave: Escuela Legislativa; Sur de Minas; estructura; educación.

1 Introdução

Uma Escola do Legislativo é, basicamente, “uma escola inserida no campo de atuação do Legislativo, seja dentro da função clássica de auto deliberação que todo poder autônomo possui, seja como parte de uma revisão do papel e da importância do Legislativo em nossa sociedade” (COSSON, 2008, p. 47). Também é uma Escola de Governo, considerando seu papel de formação continuada para servidores públicos do legislativo. Trata-se de um local de produção e divulgação do conhecimento sobre o Poder Legislativo. É, ainda, considerada como uma “escola de cidadania”, compreendida como um lugar voltado à educação de diversos públicos sobre o Parlamento, legitimando as ações do Poder Legislativo.

Desde a segunda metade da década de 2000, houve grande difusão das Escolas do Legislativo pelo território nacional e estas se apresentam como instrumento tanto para a capacitação de agentes públicos como a promoção e conhecimento do Poder Legislativo, da democracia e da cidadania, seja na esfera municipal, estadual ou federal (COSSON, 2008). Segundo a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) estima-se, no Brasil, a existência de mais de duzentas Escolas do Legislativo (ABEL, 2020).

Em levantamento realizado no ano de 2020 pela Rede Mineira de Escolas do Legislativo (BUTORI *et al.*, 2021), há no Estado de Minas Gerais noventa e cinco Escolas do Legislativo instituídas em Câmaras Municipais, das quais, quarenta estão localizadas na região Sul de Minas, conforme Quadro 1, o que representa um número expressivo, tanto no Estado de Minas Gerais como em âmbito nacional.

Quadro 1 – Escolas do Legislativo instituídas na região Sul de Minas

	Município	População estimada em 2020	Ato de instituição
1	Albertina	3.011	Resolução n. 2/2017
2	Andradas	41.396	Resolução n. 138/2014
3	Cambuí	29.814	Resolução n. 455/2016
4	Carvalhópolis	3.597	Resolução n. 5/2014
5	Caxambu	21.610	Resolução n. 184/2017

6	Cachoeira de Minas	11.579	Resolução n. 7/2019
7	Conceição do Rio Verde	13.684	Resolução n. 58/2015
8	Conceição dos Ouros	11.748	Resolução n. 3/2017
9	Congonhal	12.082	Resolução n. 3/2014
10	Córrego do Bom Jesus	3.694	Resolução n. 2/2018
11	Extrema	36.951	Resolução n. 184/2016
12	Guaxupé	52.078	Resolução n. 783/2014
13	Itajubá	97.334	Resolução n. 946/2013
14	Itanhandu	15.423	Resolução n. 1/2017
15	Itaú de Minas	16.199	Resolução n. 2/2019
16	Itutinga	3.768	Resolução n. 1/2018
17	Lavras	104.783	Resolução n. 74/2013
18	Machado	42.413	Resolução n. 305/2014
19	Maria da Fé	14.056	Resolução n. 2/2017
20	Marmelópolis	2.728	Resolução n. 4/2017
21	Monte Sião	24.029	Resolução n. 438/2013
22	Muzambinho	20.545	Resolução n. 2/2009
23	Nepomuceno	26.826	Resolução n. 11/2018
24	Ouro Fino	33.791	Resolução n. 7/2014
25	Paraguaçu	21.605	Resolução n. 2/2013
26	Paraisópolis	21.221	Resolução n. 350/2017
27	Perdões	21.485	Resolução n. 1066/2019
28	Poço Fundo	16.846	Resolução n. 141/2019
29	Poços de Caldas	168.641	Resolução n. 739/2008
30	Pouso Alto	5.900	Resolução n. 12/2019
31	Pouso Alegre	152.549	Resolução n. 1.061/2008
32	São Gonçalo do Sapucaí	25.561	Resolução n. 1/2018
33	Santa Rita de Caldas	8.924	Resolução n. 314/2013
34	Santana da Vargem	7.073	Resolução n. 2/2015
35	São Lourenço	46.202	Resolução n. 334/2015
36	São Sebastião do Paraíso	71.445	Resolução n. 941/2016
37	Três Corações	80.032	Resolução n. 5/2009
38	Três Pontas	56.940	Resolução n. 6/2014
39	Turvolândia	5.070	Lei 1.164/2020
40	Varginha	136.602	Resolução n. 2/2015

Fonte: Desenvolvida pelo autor com dados de IBGE (2020) e sítios das Câmaras Municipais.

Esse elevado número de Escolas do Legislativo implantadas no Estado de Minas Gerais, e em especial na região do sul de Minas, levou-nos à necessidade de compreender se esse quantitativo de escolas se traduz em ações realizadas pelas Câmaras Municipais visando o desenvolvimento das atividades legislativas, aproximação com os cidadãos e fortalecimento da democracia e do Poder Legislativo e não apenas um fenômeno político que se disseminou pela região.

Nesse sentido, conhecer como essas escolas são estruturadas, em especial os recursos humanos, orçamentários, utilização de ferramentas de planejamento e controle, estruturação de

plano político-pedagógico, produção científica e publicações, bem como a utilização dos sítios eletrônicos e redes sociais, permite compreender o grau de desenvolvimento delas, mas, também, entender quais são as principais virtudes e maiores necessidades para o desenvolvimento dos trabalhos das Escolas do Legislativo.

O artigo é parte da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado, intitulada “Escolas do Legislativo instituídas nos municípios da região Sul de Minas: constituição, resultados e significados”, cujo objetivo foi compreender como se deu o processo de desenvolvimento das Escolas do Legislativo na região Sul de Minas.

Este estudo se inscreve no escopo da atuação das Escolas do Legislativo, instituídas nos municípios que compõem a Região de Planejamento do Sul de Minas, localizada no Estado de Minas Gerais, conforme delimitação realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) para o Governo do Estado em 1992 (DINIZ; BATELLA, 2006).

A Região de Planejamento Sul de Minas é composta por 155 municípios (MINAS GERAIS, 2021), possui área total de 53.054 Km², população estimada no ano de 2019 de 2.778.916,00 e Produto Interno Bruto (PIB) registrado em 2018 de 81.938.700,18 mil reais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021). O maior município em área é Delfinópolis com 1.403 Km², o município com a maior população é Poços de Caldas com 168.641 habitantes em 2020 (IBGE, 2020), e o município com o maior PIB é Extrema com 9.523.321,08 mil reais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Esta investigação de abordagem quanti-qualitativa articulou dois instrumentos, quais sejam: entrevista e questionário junto a dirigentes das Escolas do Legislativo do Sul de Minas.

A pesquisa obteve autorização do Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário do Sul de Minas (CEP – UNIS/MG) sob o Parecer Consubstanciado nº 4.592.480 - CAAE 43442621.3.0000.511.

O questionário foi aplicado em servidores públicos das 40 (quarenta) Câmaras Municipais que instituíram Escolas do Legislativo por meio de instrumento legal na Região Sul de Minas, e obteve-se a participação de 36 (trinta e seis) delas, dos quais 26 (vinte e seis) responderam que a Escola do Legislativo de sua Câmara Municipal está ativa, dados que serão demonstrados neste artigo. Os dados das Escolas do Legislativo que estão inativas foram desconsiderados. Os 26 respondentes eram dirigentes de Escolas do Legislativo de seus respectivos municípios e quatro (4) foram selecionados para a realização de entrevistas semiestruturadas. Os participantes das entrevistas foram escolhidos de forma intencional.

Os narradores foram nomeados, sequencialmente, por Dirigente 1 (D1) a Dirigente 4 (D4). As entrevistas foram gravadas digitalmente, por meio do aplicativo *Google Meet*, e, posteriormente, transcritas. Após a fase de construção do *corpus* documental, estabeleceu-se uma etapa analítica que consistiu em reflexões teóricas sobre o material construído e de possível diálogo

com outras fontes e bibliografia.

Para análise dos dados, utilizou-se da triangulação de métodos. Esta técnica refere-se à interpretação de dados qualitativos e favorece o processo de análise indutiva dos elementos coletados. Além disso, permite que o pesquisador possa lançar mão de três técnicas com vista a ampliar o universo informacional em torno do objeto de pesquisa. (MARCONDES; BRISOLA, 2014).

Foi cumprido o seguinte protocolo: foram levantados os dados empíricos, consignados às narrativas dos discursos dos dirigentes das Escolas do Legislativo entrevistados, somando-se aos dados obtidos em questionários que visam a dimensionar todas as Escolas do Legislativo da região estudada.

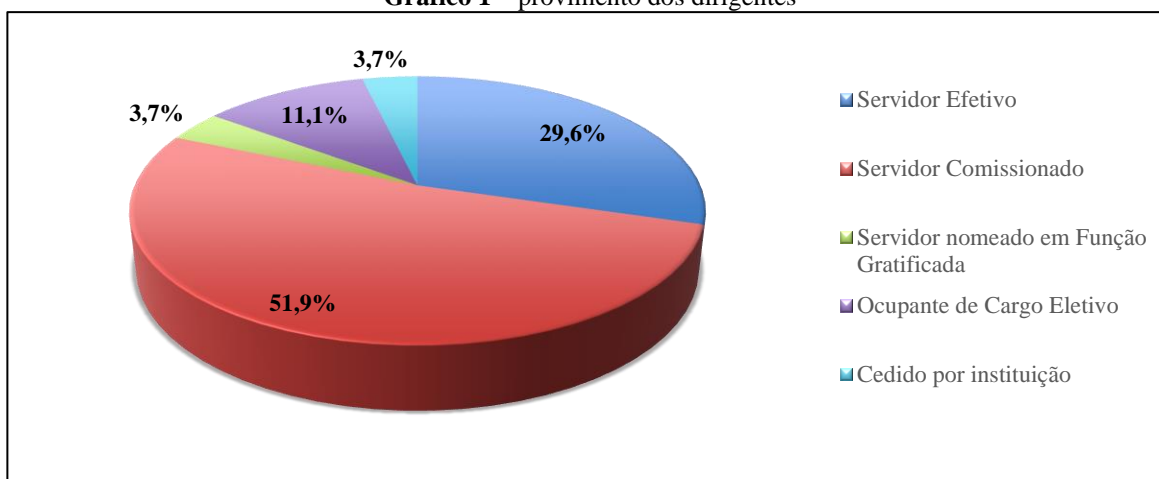
2 Recursos humanos

Uma Escola do Legislativo é composta por aspectos estruturais, legais e orçamentários, mas o que faz essa estrutura funcionar são os agentes que ocupam as posições nelas (COSSON, 2008) e, a respeito dos agentes, constata-se diferenças importantes em relação ao seu provimento, formação acadêmica, atuação e equipes de trabalho.

Neste estudo considera-se dirigente aquele que coordena, dirige ou está à frente dos trabalhos de uma Escola do Legislativo.

No que se refere às diferenças encontradas em relação à estrutura, destaca-se o provimento: no Gráfico 1, verifica-se que 51,9% dos dirigentes das Escolas do Legislativo da região Sul de Minas são de cargos de comissão, conhecidos como cargos comissionados ou cargos de confiança; 29,6% dos dirigentes são de provimento efetivo; 11,1% são ocupantes de cargos eletivos, isto é, vereadores, e 3,7%, ocupam cargo nomeados por função gratificada ou cedidos por outras instituições, respectivamente.

Gráfico 1 – provimento dos dirigentes



Fonte: elaboração própria, 2021.

O grande número de servidores comissionados ocupando as direções das Escolas do Legislativo, por um lado, pode ser entendido como vantagem dada à agilidade no preenchimento da função. Entretanto, tal prática constitui-se em risco para a continuidade das atividades, visto que podem ter o dirigente exonerado, não havendo rápido preenchimento ou mesmo pessoa qualificada para assumir a função. O Dirigente 4, em sua narrativa, expõe essa preocupação:

facilidade é quando você tem um servidor na Câmara que realmente quer se dedicar a isso. A maioria das câmaras, tem à frente das escolas um servidor comissionado que na troca de presidência é exonerado, e aí quem assume, quem entra no lugar, não quer tocar, não sabe, não se interessa e por isso e a escola também acaba parando o trabalho por conta disso (D4).

A rigor, o fato da descontinuidade das atividades de uma Escola do Legislativo, na maioria das vezes, não está relacionado ao fato de o servidor ser comissionado ou não, mas, sim, à organização da Escola do Legislativo, pois, se houver planejamento estratégico, elaboração de relatório de atividades e projeto político-pedagógico, o novo dirigente terá condições para dar continuidade às atividades, garantindo uma transição adequada.

O problema refere-se ao momento em que esse dirigente, ao se desligar da escola, levar todas as informações com ele, não deixando memórias, ou registros para a continuidade. Nesse sentido, entende-se que a sucessão não se refere apenas à ordem política, mas também administrativa.

Por outro lado, um cenário ideal refere-se ao momento em que a direção da escola é exercida por servidores efetivos, pois ocorre a continuidade administrativa, o planejamento em longo prazo e as ações da escola são construídas como um espaço pertencente ao Parlamento, não aos parlamentares (COSSON, 2008).

O Dirigente 4, por sua vez, recorda que, em algumas situações, a direção da Escola do Legislativo é exercida, diretamente, por um vereador e, assim, o projeto pode deixar de ter um caráter institucional da Câmara Municipal, passando a assumir um projeto político pessoal. Na pesquisa entre dirigentes, apontou-se que 11,1% dos dirigentes das Escolas do Legislativo são vereadores.

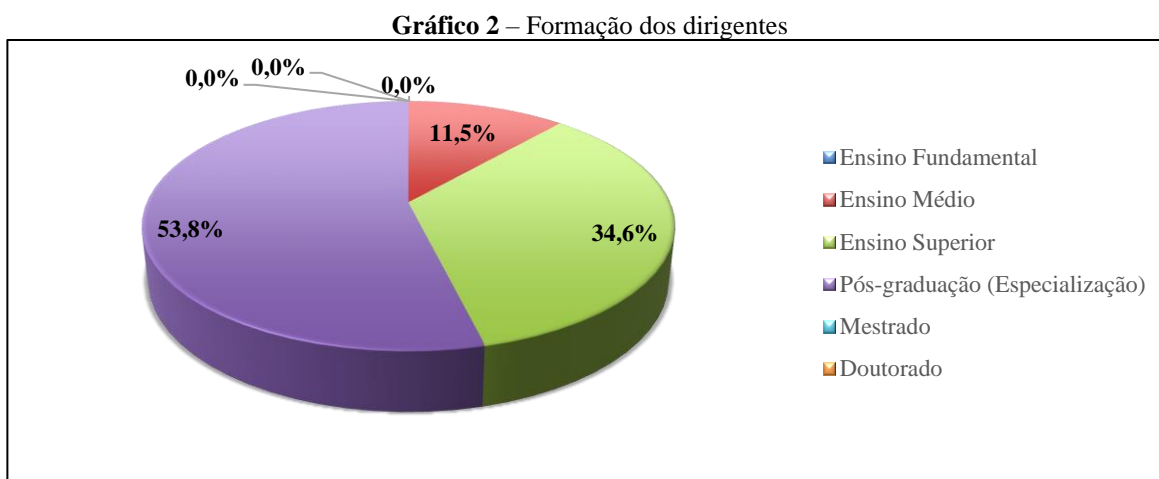
nós temos alguns municípios, por exemplo, que você vê a escola não na mão de funcionário da Câmara, mas de vereador [...] aí acaba que a escola tem a cara e o perfil daquele vereador e não da instituição Câmara (D4).

Esse modelo possui como vantagens uma melhor interlocução com a Mesa Diretora e a inclusão direta do parlamentar na vida da escola, porém apresenta risco de as atividades serem direcionadas ao fortalecimento da pessoa do parlamentar, também da descontinuidade destas em face da sucessão de parlamentares no comando (COSSON, 2008). Ainda, de acordo com o perfil do parlamentar, este poderá torná-la mais ou menos atuante (BERNARDES JÚNIOR, 2018).

Em relação a esse aspecto, destaca-se, ainda, a incidência do personalismo nas instituições

públicas brasileiras como consequência do precário senso de interesse coletivo do brasileiro, que dita e orienta a conduta política nacional (VIANNA, 1987), ou seja, o personalismo como prática constitutiva da cultura política no Brasil.

Outro elemento da estrutura de recursos humanos das Escolas do Legislativo do Sul de Minas refere-se à formação acadêmica e, nesse sentido, verificou-se que 53,8% dos dirigentes das Escolas do Legislativo possuem pós-graduação em nível de especialização, 34,6% graduação e 11,5% Ensino Médio. Nenhum dirigente possui, apenas, o Ensino Fundamental, e Pós-graduações *stricto sensu*, conforme Gráfico 2.



Fonte: elaboração própria, 2021.

Ao serem questionados sobre a sua formação, os dirigentes entrevistados apresentaram as seguintes narrativas:

[...] eu sou publicitário de formação (D1).

Olha, sou formada em letras, formei em letras há muito tempo, depois que eu passei no concurso na Câmara, eu fiz um curso de Administração Legislativa tecnóloga na [UNIVERSIDADE] e fiz três pós-graduações de administração Pública, de Gestão Pública, e de Administração no Legislativo, pelo [INSTITUIÇÃO] (D2).

Bom, a minha formação é, sou formado em bacharel em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo (D3).

Eu sou formada em bacharel em Turismo, pós-graduada em comunicação empresarial e em gestão pública. E agora estou matriculada no curso de Pedagogia, justamente por conta do trabalho de educação (D4).

Nenhum dos dirigentes entrevistados possui formação relacionada à educação ou aos recursos humanos, embora o Dirigente 4 tenha afirmado que está em formação. Assim, os dirigentes das Escolas do Legislativo possuem formações diversas às esperadas para atuarem como dirigentes de um setor relacionado à educação e formação profissional. Ao serem questionados se

essa formação auxilia, ou não, a atuação nas Escolas do Legislativo, verificaram-se as seguintes narrativas:

olha, eu acho assim, tudo ajuda, eu não vou te dizer que gosto de ler, de assistir filmes, de desenho, *YouTube*, eu gosto muito de procurar. Eu acho que me enriqueceu, mas foi essa busca por eu mesmo do que o curso em si (D2, grifos nossos).

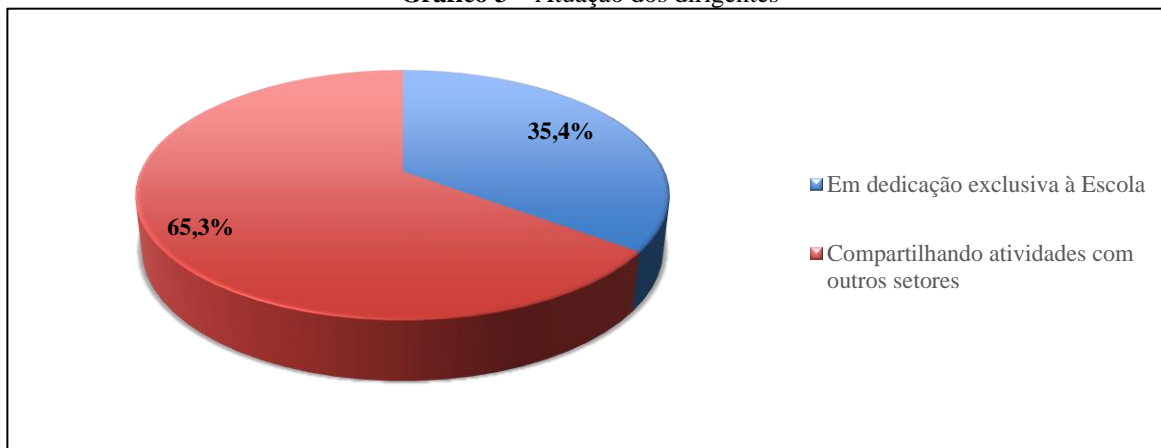
com a minha formação de jornalista e comunicação social eu já tive essa oportunidade de estar dentro de uma sala de aula ministrando aulas de língua portuguesa para alguns alunos do ensino médio na Secretaria de Estado de Educação. Eu trabalhei por dois anos lecionando português para alunos do ensino médio e do fundamental e de uma certa forma traz essa questão de você ter um pouquinho desse jogo de cintura para poder trabalhar com os alunos (D3, grifos nossos).

olha só, não ajudou! Foi mesmo um trabalho como eu falo de inspiração. Por trabalhar em órgão público e gostar de trabalhar com isso, eu acho que eu fui me inspirando em projetos que eu fui pesquisando para poder fazer meu trabalho, mas a minha formação realmente não ajudou. [...] Sem nenhuma orientação, sem nenhum professor, sem visitar outra escola, pois eu não tive essa experiência no início de visitar outras escolas para saber como funcionava, foi acontecendo foi a prática (D4, grifos nossos).

Vivências anteriores, a exemplo do Dirigente 2, bem como a inspiração e a busca pelo conhecimento de maneira independente, conforme expõem os Dirigentes 3 e 4, são definidas como capacitação para exercer essas atividades, sobrepondo a própria formação acadêmica que cada dirigente possui.

Por fim, quanto à atuação como dirigente, questionou-se se estes trabalhavam de forma exclusiva na Escola do Legislativo ou compartilhavam atividades com outros setores na Câmara Municipal. Verificou-se que 65,3% dos dirigentes compartilham atividades com outros setores de suas Câmaras Municipais, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Atuação dos dirigentes



Fonte: elaboração própria, 2021.

A dupla atividade pode ser um grande risco à qualidade do trabalho realizado pelos dirigentes das Escolas do Legislativo, pois esse compartilhamento de atividades pode implicar que as atividades relacionadas à escola sejam deixadas em segundo plano. Muitos dirigentes compreendem a Escola do Legislativo como uma função secundária na Câmara Municipal, conforme o Dirigente 4.

Eu estou hoje como Diretora-geral na Câmara, o meu cargo é esse e como Diretora da Escola do Legislativo. (D4)

Um risco que essa dupla função pode ocasionar refere-se ao acúmulo de atividades que podem sobrecarregar o servidor, prejudicando sua saúde ocupacional, desmotivando-o a continuar à frente na Escola do Legislativo, bem como impedir ações de expansão das atividades dessas Escolas. Na narrativa do Dirigente 2, observa-se situação semelhante:

eu sou uma boba mesmo, eu lembro quando eu trabalhava ficava correndo lá da Secretaria para ligar para os meninos, preparando aula, Câmara Mirim, Câmara Jovem, Gincana. Eu lembro que a [SERVIDORA] que trabalhava comigo dizia, “nossa, você é uma trouxa, você não ganha um tostão a mais, trabalha feito uma louca, levava serviço para casa”, porque eu não dava tempo no horário trabalho fazer as duas coisas, mas é uma satisfação pessoal (D2).

Essa preocupação com o acúmulo de atividades pelos dirigentes das Escolas do Legislativo foi retratada por Butori (2014), que explica que muitos dos servidores que atuam nas Escolas do Legislativo mineiras estão em desvio funcional, acumulam, muitas vezes, funções e não possuem nenhum incentivo financeiro para exercer tal função.

Cosson (2008) discute a sobrecarga de trabalho em que muitos servidores precisam de tempo extra para o preparo das atividades de cursos e palestras. Assim, estes não ocupam as atividades da Escola do Legislativo. E, além disso, há o risco de prejuízo das atividades principais. A não remuneração das atividades dos servidores pode, também, constituir um elemento desmotivador em relação às atividades próprias da escola.

Por outro lado, o trabalho à frente da Escola do Legislativo pode se apresentar como uma “vitrine” para o servidor em seu desenvolvimento profissional na Câmara Municipal que atua, conforme narrativa do Dirigente 1.

Confesso o que gerou a minha recontração foi muito mais o trabalho dentro da Escola do Legislativo, do que assessoria de comunicação na verdade (D1).

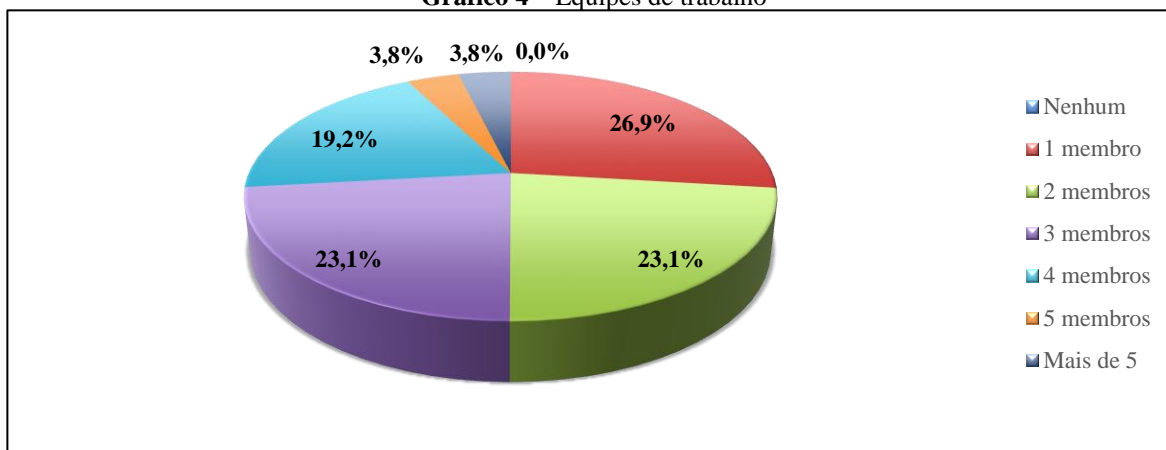
Os trabalhos das Escolas do Legislativo são planejados, coordenados e dirigidos nas Câmaras Municipais pelos seus dirigentes, conforme retratado. Entretanto, um fator observado nas narrativas dos dirigentes refere-se à importância para a composição de uma equipe de trabalho dentro da estrutura das Escolas do Legislativo, fator que se apresentou ora como facilitador, ora como dificultador.

Então ele teve aqui, também me levou para lá para apresentar o trabalho da escola, tirar dúvidas. As pessoas ficavam com um pouco de medo, sabe? Há, mas como assim criar uma escola? O que faz a escola? Precisa ter um funcionário? Então como sempre falei, é só a gente só dá um olhar para essa área da educação, mas qualquer servidor pode fazer (D2, grifos nossos).

Mas muitas câmaras querem ter as suas escolas, aí é dificultador, e não tem um funcionário que queira ficar à frente disso, não tem um servidor, que o ideal é que seja um servidor, porque de quatro em quatro anos a legislatura muda, os vereadores muitas vezes saem [...] e aí se você não tem um servidor que saiba o que já aconteceu, que tenha esse acompanhamento da escola, aquilo se perde. (D4, grifos nossos)

A respeito das equipes, 26,9% das Escolas são compostas por uma pessoa — o próprio dirigente —, enquanto 23,1% possuem equipes com dois componentes, isto é, mais da metade das Escolas do Legislativo são compostas por uma equipe de até duas pessoas, conforme Gráfico 4. Pelo já exposto, as Escolas do Legislativo da região do Sul de Minas são compostas por diferentes estruturas, orçamentos e recursos humanos, aspectos determinantes, dentre outros, para a sua efetividade.

Gráfico 4 – Equipes de trabalho



Fonte: elaboração própria, 2021.

Conforme anteriormente apontado, o acúmulo de funções e sobrecarga podem ser maléficis ao dirigente da Escola do Legislativo. Essa preocupação é retomada na narrativa do Dirigente 3 quanto à necessidade de maiores equipes de trabalhos:

[...] é a questão do “equipe”, que a gente trabalha muito sozinho na Escola do Legislativo como diretor. Então, a gente tem que ter a ideia é colocar em prática [...], mas essa questão do “equipe” tem vezes que pega um pouco, porque aí tem vezes que acaba que vem turbilhão de coisas na cabeça da gente, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, tem isso para colocar em prática, tem isso, mas só tem eu, vou ter que buscar um apoio aqui, outra coisa ali. Então, isso eu acho que dificulta, eu acho que se tivéssemos uma escola com quase seis anos que nós temos, eu acho que já chegou o momento de a gente pensar na escola e ter uma equipe. Nos termos de um diretor, termos um professor alguém que possa trabalhar essa questão mais pedagógica da escola, para que a gente pudesse assim repartir um pouco esse trabalho que eu acredito que, aí assim, a gente teria

uma efetividade até maior nesses trabalhos que são desenvolvidos pela escola. (D3, grifos nossos).

Na narrativa supracitada, observa-se a dificuldade para a realização do trabalho da Escola do Legislativo na medida em que o dirigente se encontra sozinho e é o responsável tanto pela dimensão administrativa como pedagógica. Nessa direção, deduz-se que as Escolas do Legislativo do Sul de Minas são compostas, em sua maioria, por servidores comissionados, que compartilham atividades com outro setor e têm, em sua maioria, equipes compostas por uma ou duas pessoas.

O fato de essas equipes serem compostas por servidores comissionados permite refletir sobre os problemas de continuidade das Escolas do Legislativo, na medida em que tais cargos estão submetidos a injunções políticas. Nesse sentido, entende-se a importância de as Escolas serem dirigidas ou possuírem em suas equipes servidores concursados, não submetida às mudanças constantes com a descontinuidade dos projetos.

Por outro lado, o Dirigente 3 apresenta sua equipe de trabalho — composta por cinco membros — e como essa equipe de trabalho evoluiu juntamente ao desenvolvimento das atividades das Escolas do Legislativo, é possível observar uma divisão de tarefas:

nós somos em cinco aqui: sou eu que sou a diretora, tem a [SERVIDOR A] é assessor institucional da escola, tenho [SERVIDOR B], que é concursado, a [SERVIDOR A], é comissionada, eu sou concursada, [SERVIDOR B] que ele é agente administrativo ele trabalhava no outro setor e quando a escola começou a crescer, ele foi nos ajudar lá, a gente tem um estagiário que é o [SERVIDOR C] que trabalha hoje com a gente que é o [SERVIDOR C], e a partir do ano passado foi um terceirizado contratado também para a escola, que faz jornalismo que cuida mais da parte da divulgação de Facebook (D3, grifos nossos).

O Dirigente 1 apresenta a sua equipe de trabalho enfatizando a estruturação da Escola do Legislativo realizada em 2018, com a inclusão de um cargo efetivo de pedagoga, o qual, segundo ele, “abriu os leques” para os trabalhos da Escola.

[...] em 2018 foi criada uma estrutura própria, uma diretoria própria, com o cargo é efetivo próprio de pedagogo que no caso hoje é uma pedagoga, que é ocupado pela [SERVIDOR A] e daí para frente começaram a abrir os leques, não só do Parlamento Jovem, mas de outras atividades da escola. [...] e foi muito bom você falar que a escola tem uma equipe, que o pessoal está assistindo a entrevista que não está sendo exclusivo para você. Tem a [SERVIDOR A] que é a pedagoga da Escola, tem o [SERVIDOR B] que é o nosso analista de comunicação, me ajuda tanto nas peças da escola, quanto na elaboração dos projetos, tem a [SERVIDOR C], a diretora da Escola do Legislativo (D1).

A equipe de trabalho composta por servidores que possuem maior tempo para dedicação à Escola do Legislativo, ou mesmo dedicação exclusiva, demonstra um amadurecimento da Câmara Municipal, o que garante maior possibilidade da continuidade da escola, e possibilita o avanço nos processos de institucionalização. Assim, a escola deixa de ser uma aposta ou meramente um projeto e passa a ser visto como um setor estruturado dentro da estrutura organizacional da Câmara

Municipal.

3 Orçamento

A existência de um orçamento próprio é fundamental para a sobrevivência de uma Escola do Legislativo, pois, uma vez instalada e em funcionamento, a escola terá maior segurança em desenvolver suas atividades se houver controle sobre suas finanças (COSSON, 2008).

Maldonado (2020) exemplifica como a disponibilização de recursos financeiros pode ser aplicada para a realização das atividades das Escolas do Legislativo:

para seu funcionamento regular, as escolas de governo ou gestão dependem cada vez mais de recursos regulares destinados ao seu funcionamento, sem os quais estas tendem à inviabilização. São demandas reais que podem afetar sobremaneira o funcionamento das escolas: a aquisição ou locação e a manutenção de equipamentos, plataformas, programas e materiais, permanentes e de consumo, para a efetividade das atividades e cursos; a manutenção da sede da escola; contratação de cursos e de instrutores externos; a remuneração das parcerias institucionais; e, a remuneração do corpo docente e de multiplicadores de capacitação e formação continuada, em particular se estes forem servidoras ou servidores efetivos (MALDONADO, 2020, p. 222).

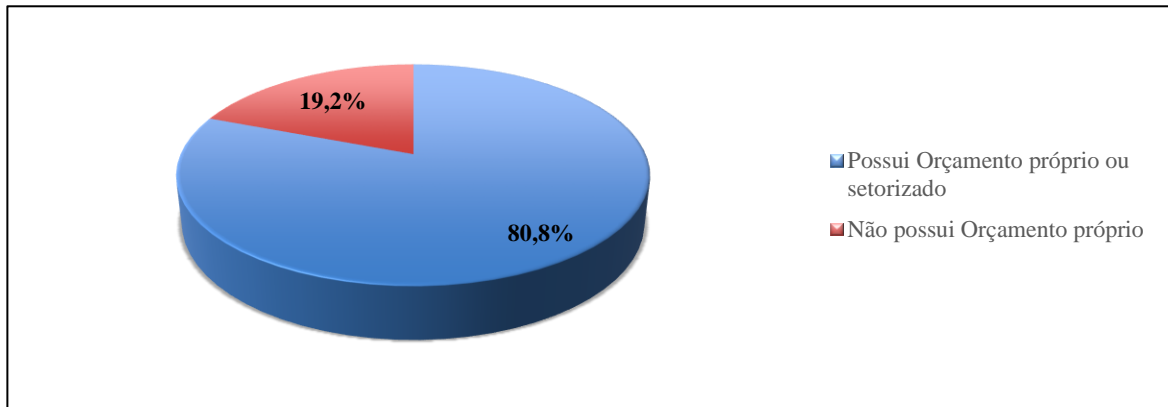
Na narrativa do Dirigente 3, apresenta-se a disposição de um orçamento próprio ou setorizado para a Escola do Legislativo, o que favorece a segurança e a autonomia para a realização dos trabalhos.

Como eu disse é uma escola independente, aqui nós na Câmara de [MUNICÍPIO] nós temos essa autonomia, nós temos inclusive autonomia financeira. Nós temos recursos próprios, mas não deixa de ser Escola da Câmara Municipal de [MUNICÍPIO]. Então, eu acredito que possa caminhar escola e câmaras juntos, ali porque a escola desenvolve um importante papel para a Câmara Municipal de [MUNICÍPIO] (D3, grifos nossos).

De acordo com a pesquisa realizada com os dirigentes, 80,8% das Escolas do Legislativo possuem orçamento próprio ou setorizado. 19,2% destas, ainda, não possuem essa destinação no orçamento da Câmara Municipal, conforme Gráfico 5.

É importante ressaltar que “não ter um orçamento, portanto, não significa necessariamente que a escola tem dificuldade de financiar suas atividades” (COSSON, 2008, p. 24). Mas, em contraposição à narrativa do Dirigente 3, a ausência do orçamento pode ser prejudicial aos trabalhos e à autonomia da Escola do Legislativo.

Gráfico 5 – Orçamento próprio

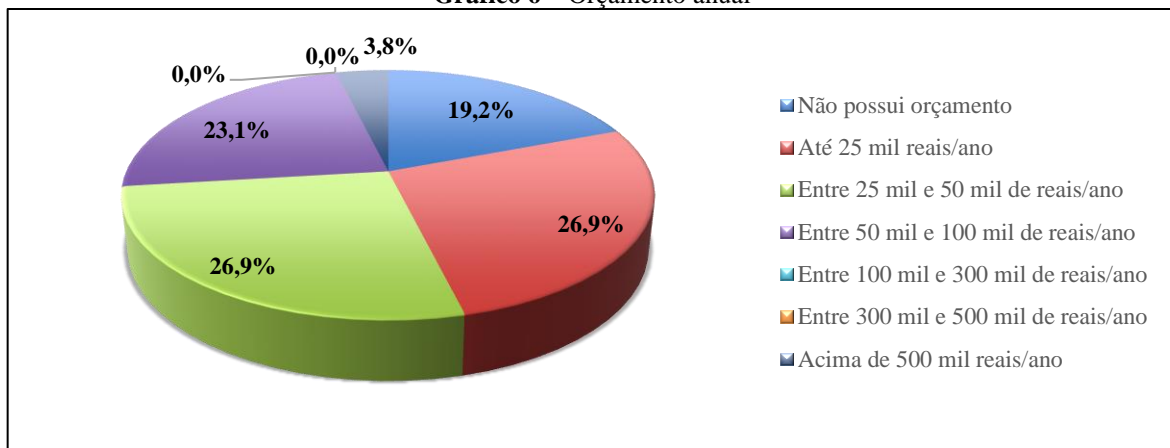


Fonte: elaboração própria, 2021.

Conforme a narrativa do Dirigente 2, a disponibilidade financeira pode ser um entrave para a criação e a manutenção de uma Escola do Legislativo. O termo “eles” refere-se aos vereadores e presidentes de câmaras municipais, que entendem que a implantação de uma Escola do Legislativo pode provocar um grande dispêndio de recursos pelo Poder Legislativo Municipal.

Quer dizer que não é aquela coisa que precisa ter, que eles (vereadores) imaginam que precisa ter uma estrutura, e muito dinheiro, a gente vai quebrando um pouco isso aí, que não é bem assim não, é só mesmo a gente saber que dentro da Câmara tem um olharzinho ainda para a educação (D2, grifos nossos).

Gráfico 6 – Orçamento anual



Fonte: elaboração própria, 2021.

No Gráfico 6, apresentam-se os valores alocados nos orçamentos das Câmaras Municipais para as Escolas do Legislativo de acordo com informações prestadas pelos seus dirigentes. 26,9% das Escolas do Legislativo possuem orçamento de até 25 mil reais/ano, enquanto 26,9% possuem orçamento de 25 mil a 50 mil reais/ano. Uma Escola do Legislativo (3,8%) possui orçamento superior a 500 mil reais ano, valor dez vezes maior que o orçamento de 57,8% das escolas da região. Destaca-se, ainda, que a região estudada é composta, em sua maioria, conforme quadro 1,

por municípios de pequeno porte, o que pode explicar a baixa dotação orçamentária destinada às escolas.

A alocação de recursos no orçamento da Câmara Municipal para a Escola do Legislativo não é garantia que o recurso será utilizado em sua totalidade, podendo a Casa Legislativa utilizar menos ou até nenhum recurso despendido para tal ação. Isso acontece em virtude de o Orçamento Anual ser autorizativo e não impositivo, isto é, fica dispensado o gestor público de executar todos os recursos autorizados na Lei Orçamentária Anual.

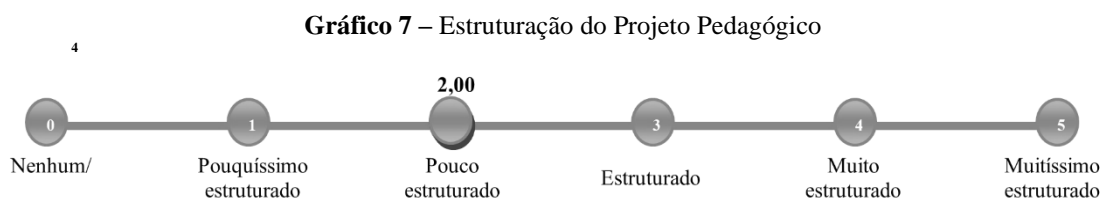
4 Projeto político-pedagógico

O projeto político-pedagógico é o documento que direciona a maneira pela qual a escola alcançará seus objetivos juntamente à comunidade, de modo que adapte suas necessidades de acordo com sua execução (SOUSA, 2020).

Nesse sentido, ressalta-se o potencial das Escolas do Legislativo em realizar formações que abordem temas relevantes para o exercício da cidadania e democracia, tais como: regime democrático, políticas públicas, partidos políticos, desenvolvimento sustentável, democracia virtual, movimentos sociais e direitos humanos, além de favorecer o desenvolvimento de habilidades caras à convivência democrática como dialogar, debater, argumentar, cooperar e administrar conflitos. Ainda favorece o desenvolvimento de atitudes como tolerância, solidariedade, respeito às diferenças e assunção de compromissos (LUDWIG, 2019).

Dessa forma, o plano político-pedagógico pode ser entendido como o plano global da instituição, que é feito de forma sistematizada, mas não de maneira definitiva, de modo participativo, e define as ações educativas que se pretende realizar com base em posicionamento quanto à sua intencionalidade e compreendo a realidade vivida.

Em relação à estruturação do projeto político-pedagógico das escolas, os dirigentes das Escolas do Legislativo ativas apontam resposta média de 2,00 pontos, conforme o Gráfico 7, o que indica que, em geral, essas escolas possuem Projetos Pedagógicos pouco estruturados.



Fonte: elaboração própria, 2021.

Cosson (2008) demonstra essa preocupação com a estruturação de um plano político-pedagógico para uma Escola do Legislativo ao explicar que estas tendem a priorizar o funcionamento administrativo e possuem dificuldades em definir pressupostos educacionais e

questões pedagógicas, de modo que as Escolas do Legislativo funcionam mais como órgãos de recursos humanos, por exemplo, do que como uma instituição de ensino.

5 Planejamento estratégico

O ambiente de uma Escola do Legislativo, por não ser propriamente um ambiente escolar formal, mas um setor de uma Câmara Municipal, pode estar limitado ao planejamento estratégico da Casa Legislativa onde ela está inserida. Entretanto, conforme já analisado neste estudo, muitas dessas Câmaras carecem de gestão e muitas escolas sofrem com sua organização interna, com deficiências de gestão.

Lück (2000), ao retratar o Planejamento Estratégico no contexto escolar, relata situações que são semelhantes à gestão de muitas Escolas do Legislativo:

[...] não tão raramente, gestores e profissionais em geral que se lamentam de estarem trabalhando como quem está “apagando incêndios”, isto é, de estarem “sempre correndo atrás do prejuízo” e sendo conduzidos pelas situações variadas do cotidiano, pelas demandas inesperadas, tendo que responder rapidamente a elas e de tal forma que “não têm tempo para pensar, quanto menos para planejar”. Esta forma de administrar por crise é estimulada e orientada por descobertas ocasionais e espontâneas, de caráter imediatista, por uma visão de senso comum e reativa da realidade e, portanto, limitada em seu alcance, muito influenciada pela tendência de se agir por tentativas e erros. Nesse caso, os acontecimentos determinam a ação de dirigentes escolares, em vez de, como seria próprio, os dirigentes, por meio de uma ação competente influenciarem os acontecimentos e a realidade. (LÜCK, 2000, p.2, grifos nossos).

O planejamento estratégico visa estabelecer objetivos e definir a maneira como alcançá-los (CHIAVENATO, 2010). O planejamento estratégico permite tal acompanhamento, fazendo com que as escolas deixem de ser passivas e se tornem protagonistas do próprio sucesso. Esse planejamento, segundo Perfeito (2007),

implica um comprometimento com a ação. O planejamento só tem significância quando é implementado e avaliado de acordo com a consecução de seus objetivos; caso contrário, resumir-se-á a uma coletânea de intencionalidades que não trazem benefícios reais à organização. Um dos grandes desafios da gestão das instituições de ensino é desenvolver uma maior capacidade de resposta às demandas externas. Para isso, é necessário que seus gestores sejam capazes de utilizar diferentes abordagens de planejamento, a fim de que as instituições possam atingir seus objetivos e cumprir sua missão (PERFEITO, 2007, p.53).

De acordo com as respostas dos dirigentes ao questionário aplicado, a resposta média referente à implantação do planejamento estratégico foi de 2,58 pontos, ou seja, situa-se entre “pouco estruturado” e “estruturado”, o que pode indicar a inexistência de uma cultura de planejamento nas Escolas do Legislativo na região, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 – Planejamento estratégico



Fonte: elaboração própria, 2021.

Esse grau de desenvolvimento do planejamento estratégico pode trazer prejuízos à realização das atividades como a falta de dimensão do orçamento a ser utilizado, desconhecimento das dificuldades da própria escola, dificuldades de crescimento, execução meramente dependente de situações contingenciais, tornando-as mais sensíveis a questões e interferências políticas.

Nesse sentido, no Brasil, apesar de muitas organizações afirmarem que utilizam da metodologia do planejamento estratégico, há contradições sobre o que realmente este constitui e como deve ser formulado. A diferença entre a utilização e o benefício do planejamento estratégico relaciona-se à constante necessidade de reavaliação e reajustamento deste em função das mudanças do ambiente em que as instituições estão inseridas (CHIAVENATO, 2010).

A missão institucional para Cochran, David e Gibson (2008) constitui a definição da missão facilitada na tomada de decisão, planejamento, criação de estratégias eficazes e na formulação de políticas de curto e longo prazo. Ademais, fornece um sentido claro de direção que orienta executivos da organização, gerentes e empregados para a obtenção de objetivos mútuos, auxiliando na definição de prioridades, planos e alocação de recursos para essa finalidade.

A missão constitui o primeiro passo a ser definido em relação ao planejamento estratégico, pois, de acordo com Pereira (2010), deve ser elaborada para concentrar esforços, estabelecer responsabilidades e reduzir riscos a fim de preparar a organização para o futuro.

Dessa maneira, a importância da missão organizacional é apresentar uma ideia da razão de sua existência, orientando para definição de seus objetivos, os quais devem se desdobrar em práticas de gestão que, efetivamente, concretizarão e traduzirão sua missão (SOUZA *et al.*, 2013).

Gráfico 9 – Missão institucional



Fonte: elaboração própria, 2021.

De acordo com os dirigentes, as Escolas do Legislativo possuem uma missão institucional estruturada conforme a média obtida de 3,04, conforme mostra o Gráfico 9. Em virtude de ser o primeiro passo do planejamento estratégico, conforme Pereira (2010), entende-se que algumas escolas podem ter iniciado o processo de definição da missão. Entretanto, muitos dirigentes

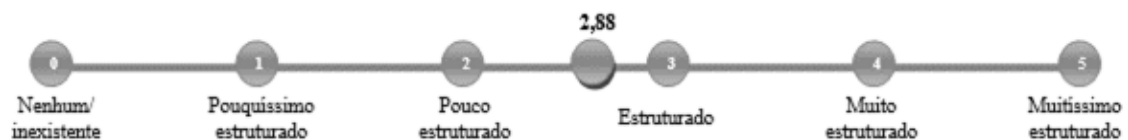
assinalaram a existência de uma missão institucional, confundindo-a com missão de uma Escola do Legislativo no sentido amplo, conforme os objetivos das Escolas do Legislativo explicados por Cosson (2008).

6 Ferramentas de controle

A seguir, apresenta-se a avaliação de algumas ferramentas de controle das atividades de uma Escola do Legislativo, tais como a elaboração do relatório anual de atividades, avaliação dos cursos e atividades e certificação dos participantes. Essas ferramentas permitem a avaliação quantitativa e qualitativa das atividades realizadas pelas escolas, de modo que possam confrontar os objetivos e diretrizes estabelecidos no planejamento político-pedagógico e execução.

O relatório anual de atividades é um instrumento que pode elencar todas as atividades realizadas por uma Escola do Legislativo durante um ano, expondo o número de participantes, públicos atendidos, professores, palestrantes participantes, e custos despendidos para a realização destas. É um importante instrumento de prestação de contas das atividades e do funcionamento de uma Escola do Legislativo, questão elucidada no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Relatório anual de atividades

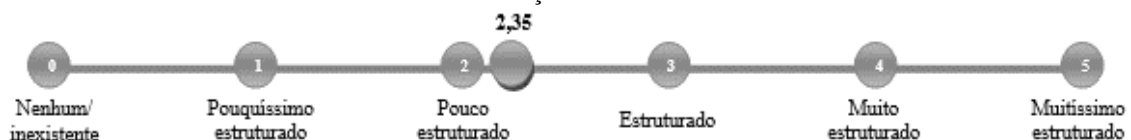


Fonte: elaboração própria, 2021.

A resposta média dos dirigentes foi de 2,88 pontos, valor próximo à categoria “estruturado”, que pode indicar que as Escolas do Legislativo catalogam e fazem o levantamento das atividades realizadas durante o ano. O número abaixo da média pode indicar que algumas escolas ignoram ou não realizam este levantamento.

Como já afirmado anteriormente, a avaliação dos cursos e atividades é um importante instrumento que pode indicar a qualidade das atividades e cursos ofertados para os públicos atendidos pela escola, além de ser um instrumento que pode subsidiar ações de controle e a realização do planejamento estratégico para as futuras atividades da Escola do Legislativo.

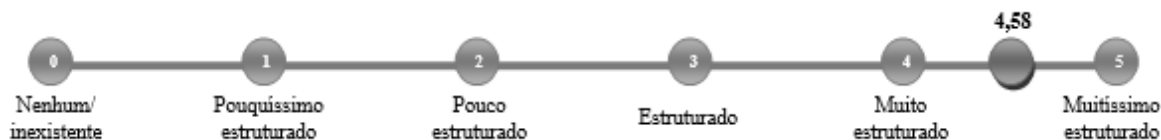
Gráfico 11 – Avaliação dos cursos e atividades



Fonte: elaboração própria, 2021.

Conforme mostrado no Gráfico 11, a resposta média dada pelos dirigentes foi de 2,35 pontos, valor próximo à categoria “pouco estruturado”, que pode indicar que as escolas executam muito pouco ou não estão executando esse instrumento de avaliação. Isto pode indicar que a avaliação se compõe, meramente, por meios verbais ou que os dirigentes, em geral, negligenciam a opinião dos participantes das atividades.

Gráfico 12 – Certificação dos participantes



Fonte: elaboração própria, 2021.

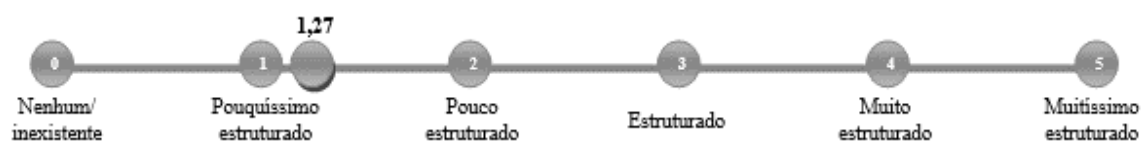
A emissão de certificado é um instrumento que atesta a participação do estudante ou do participante nas atividades da Escola do Legislativo, justamente pela importância que representa para estes em termos da validação da qualificação deles no mercado de trabalho ou para outros fins. Conforme mostrado no Gráfico 12, ao serem questionados se a Escola do Legislativo emite certificado, a resposta média dos dirigentes ficou em 4,58 pontos, ou seja, na média entre as categorias “muito estruturado” e “muitíssimo estruturado”, que pode evidenciar que quase a totalidade das escolas buscam certificar seus estudantes e participantes, e com uma boa frequência, não apenas em situações ocasionais.

7 Produção científica e publicações

Uma das funções precípuas das Escolas do Legislativo é difundir o conhecimento produzido sobre as temáticas da cidadania, da democracia e da participação social, além daquelas que são propriamente desse poder. Essa difusão do conhecimento pode ocorrer por meio de cartilhas, livros, revistas científicas ou materiais didático-pedagógicos contemplando tais questões.

Ao serem questionados se a Escola do Legislativo incentiva a produção científica, a resposta média obtida por meio dos dirigentes foi de 1,27 pontos na média. Isso significa que esse incentivo é próximo a “pouquíssimo estruturado”, conforme Gráfico 13.

Gráfico 13 – Incentivo à produção científica

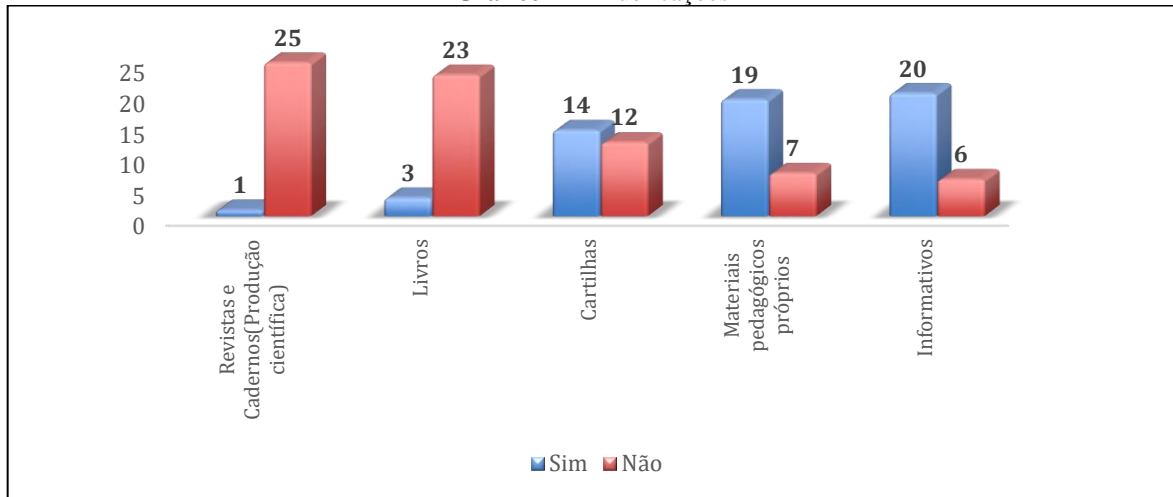


Fonte: elaboração própria, 2021.

Esse desinteresse pela pesquisa e pela produção científica ocorre por motivos como a falta de demanda e interesse institucional pela pesquisa. Geralmente, se existentes, partem do interesse

peçoal do servidor. Um segundo motivo refere-se à falta de incentivos financeiros e contrapartidas para evolução nos planos de carreiras, e, por fim, a pesquisa não está ligada às outras atividades relativas à escola, como o ensino que oferecem resultados mais eficazes, para além de uma mera publicação (COSSON, 2008).

Gráfico 14 – Publicações



Fonte: elaboração própria, 2021.

Conforme o Gráfico 14, apenas uma Escola do Legislativo da região realizou algum tipo de publicação em revistas ou cadernos científicos. Constatou-se que, apenas, três Escolas do Legislativo realizaram publicações de livros, dezenove desenvolveram materiais pedagógicos próprios e vinte lançaram materiais informativos.

Para Cosson (2008 p. 40), as publicações constituem formas de “dispor à população informações sobre ações e projetos da casa legislativa, além de livros e cartilhas contendo legislação integral ou simplificada”. Algumas escolas, também, dispõem de publicações de informativos sobre as atividades da escola ou da Casa Legislativa. Na maioria dos casos, os materiais didáticos são produzidos pelas escolas para os seus projetos ou distribuídos em visitas guiadas (COSSON, 2008).

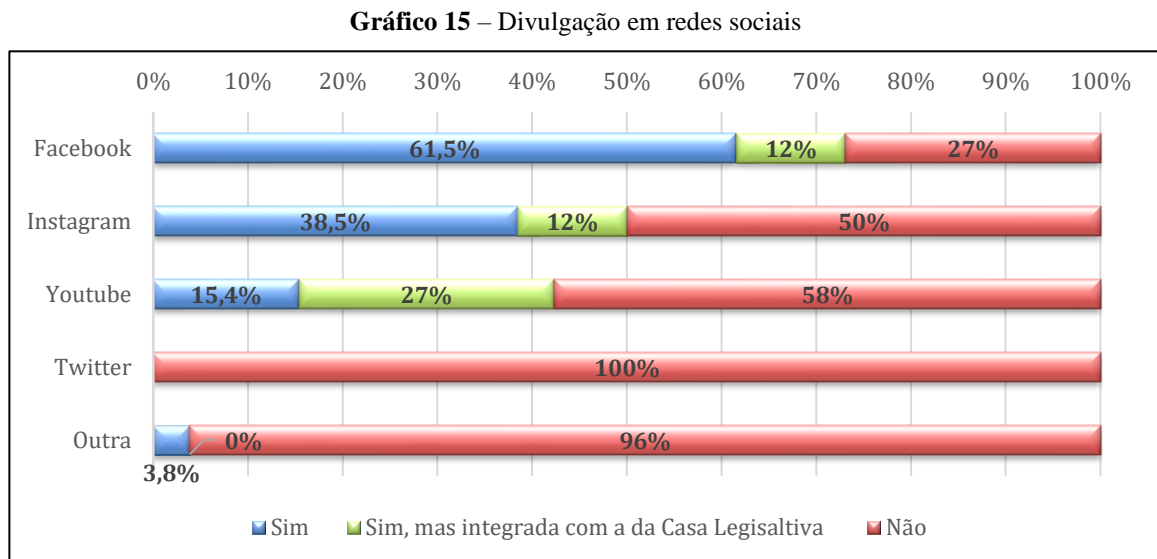
Os materiais produzidos pelas Escolas do Legislativo da região Sul de Minas podem ser considerados simples, como informativos e cartilhas, demandam evolução para materiais mais elaborados, que podem ser feitos por meio de parcerias; no entanto, o registro dessa produção faz-se importante, pois materializa a produção de conhecimentos das Escolas do Legislativo.

8 Utilização dos sítios eletrônicos e redes sociais

De acordo com os dirigentes que responderam ao questionário aplicado, no que se refere aos meios de comunicação e redes sociais, a rede mais utilizada para a divulgação dos trabalhos é o *Facebook*, com 61,5%, seguido pelo *Instagram* com 38,5% e *Youtube* com 15,4%, conforme

Gráfico 15.

Algumas Escolas divulgam suas ações na mesma mídia ou página da Casa Legislativa. É visível que muitas escolas não exploram as redes sociais para divulgação dos trabalhos e atividades. A respeito das três redes mais citadas, 27% não utilizam o *Facebook*; enquanto 50% não utilizam o *Instagram*, e 58% não utilizam o *Youtube*.



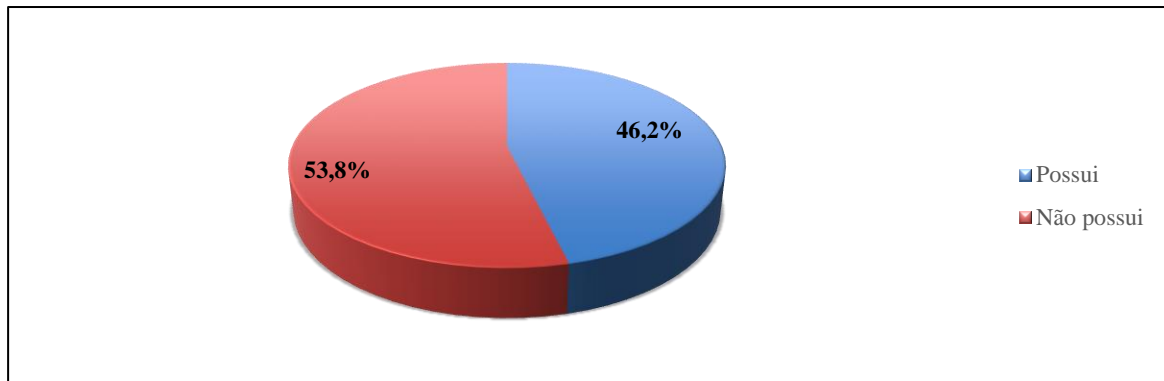
Fonte: elaboração própria, 2021.

O Dirigente 3 aponta, em sua narrativa, que o uso das redes sociais teve de ser potencializado em virtude da pandemia de COVID-19. Essa necessidade de uso das tecnologias para a manutenção dos trabalhos pode indicar que as Escolas do Legislativo da região poderão aumentar o uso das redes.

dentro do município a gente busca essa interação através das mídias sociais. Nesses dois últimos anos a gente buscou essa a captação de participantes dos trabalhos, dos eventos da escola nós buscamos isso dentro da divulgação nas mídias e mais nas redes sociais (D3).

Os dirigentes apontaram que 46,2% das Escolas do Legislativo da região têm uma página própria, sítio eletrônico ou direcionador na página das Câmaras Municipais que estão constituídas, conforme Gráfico 16. A presença das Escolas do Legislativo da região Sul de Minas nas redes sociais e na *internet* pode ser baixa ou razoável, considerando-se o potencial de comunicação que essas ferramentas podem trazer para essas escolas.

Gráfico 16 – Sítio eletrônico



Fonte: elaboração própria, 2021.

Os públicos mais atendidos pelas Escolas do Legislativo da região Sul de Minas são crianças, adolescentes e jovens. Logo, essa presença nas redes sociais é fundamental para se tornar um espaço de divulgação das ações e informações sobre o Poder Legislativo, transformando-se em mais uma ferramenta para a formação de jovens lideranças.

Esse protagonismo digital é importante para novas gerações, pois dali surgem os jovens ativistas, a exemplo da paquistanesa Malala Yousafzai e da sueca Greta Thunberg, que ganharam destaque mundial pelas redes sociais, com reivindicações, utilizando as redes como espaços para organização de movimentos que buscam providências de governos em todo mundo. Entretanto, ao mesmo tempo em que as redes têm potencial de organização política, elas têm sido usadas como espaço para disseminação de informações falsas (LAMARI; THIMOTEO, 2019).

9 Conclusões

As Escolas do Legislativo são extremamente relevantes na formação, tanto de agentes públicos como da população em geral no que tange à cidadania e democracia. E, a fim de cumprir seus objetivos, elas demandam estrutura.

Os achados da pesquisa indicam que nem sempre há recursos humanos qualificados e orçamentários alocados para as Escolas gerando solução de continuidade, o que pode comprometer a visibilidade e o reconhecimento da sua importância para o fortalecimento da democracia e cidadania.

Os recursos humanos constituem-se em um dos pontos nodais para a efetivação das ações educativas das escolas na medida em que estes dependem dos rumos políticos dados pelas mesas diretoras das câmaras municipais e dos parlamentares. Contudo, apesar das injunções e descontinuidades sofridas, as escolas estudadas logram êxito.

Em relação aos servidores públicos que dirigem as Escolas do Legislativo da região Sul de Minas, verifica-se que, em sua maioria, são servidores de provimento em comissão, que possuem como escolaridade graduação ou especialização e que compartilham as atividades da Escola do

Legislativo com outros setores da Câmara Municipal, e geralmente possuem equipes de trabalho de até duas pessoas.

No campo organizacional-pedagógico, foram identificadas as maiores deficiências das Escolas e, ao mesmo tempo, pontos de evolução para uma efetiva institucionalização e profissionalização dos trabalhos. Percebe-se que a aplicação de conceitos como planejamento estratégico, implantação de planos políticos-pedagógicos, definição de missão institucional não são práticas comuns, podendo ser consideradas entre “pouco estruturado” e “estruturado”.

A respeito da realização de atividades de controle, a realidade apresentada pelas Escolas do Legislativo do Sul de Minas não foi diferente do campo organizacional pedagógico. A realização de relatórios anuais de atividades, atividades de cursos e atividades não estruturadas pode inviabilizar melhorias e evolução nos trabalhos, em virtude de existirem poucos ou inexistirem dados sobre a atuação e percepção da escola. Destoa dos anteriores, apenas, a certificação dos participantes das atividades, que é praticada pela maioria das escolas.

As Escolas do Legislativo têm uma grande dificuldade de estruturação, administração e realização do planejamento de suas atividades. Pensar em estágios mais avançados para suas atividades, ainda, pode ser considerado mais um anseio que uma realidade.

Os materiais pedagógicos mais difundidos são materiais como cartilhas, materiais pedagógicos e informativos sobre a câmara Municipal ou propriamente da escola e suas atividades. Poucas escolas produziram livros ou artigos em revistas científicas ou foram personagens dessas publicações. Ao mesmo tempo a presença na internet em sítios da Câmara Municipal e redes sociais demandam maiores esforços, tanto para aproximação de seus públicos-alvo, quanto para a transparência de seus trabalhos.

Referências

ABEL. **Portal ABEL**, 2020. Disponível em: <https://www.portalabel.org.br/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BERNARDES JÚNIOR, J. A. As escolas do Legislativo no Estado Democrático de Direito: escolas de cidadania. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v.20, n.34, p.129-162, jul./dez. 2018.

BUTORI, M. R. et al. As Escolas do Legislativo no Estado de Minas Gerais e o impacto da pandemia da Covid-19. **Revista de Estudos Legislativos**, Porto Alegre, n. especial, p. 132-154, 2021.

BUTORI, M. R. Educação Legislativa: As Escolas do Legislativo nas Câmaras Municipais de Minas Gerais. **Revista de Estudos Legislativos**, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 229-267, 2014.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 616 p.

COCHRAN, D. S.; DAVID, F. R.; GIBSON, C. K. A framework for developing an effective mission statement. **Journal of Business Strategies**, Huntsville, v. 25, n. 2, p. 27-39, 2008.

- COSSON, R. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília: Edições Câmara, 2008. 205 p.
- DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, 2006.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- LAMARI, R.; THIMOTEO, F. Educação para a Democracia: as experiências das escolas do parlamento de Itapevi e São Paulo. **Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 97-107, 2018.
- LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, Brasília, v.17, n. 72, p. 11-33, 2000.
- LUDWIG, A. C. W. UM PROGRAMA DE CIDADANIA PARA AS ESCOLAS DO LEGISLATIVO. **E-Legis** - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, v. 12, n. 29, p. 155-175, 2019.
- MADRUGA, F. A. C. Escolas do Legislativo - Uma nova visão do parlamento brasileiro. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 31-34, maio 2008.
- MALDONADO, C. Financiamento das Escolas de Governo na administração pública municipal. In: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020. p.215-242.
- MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. D. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, p. 201, 2014.
- MELO, W. M. C. D. et. al. Escolas do Legislativo: a experiência nos municípios. In: COELHO, Fernando de Souza *et al.* **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020. p. 173-192.
- VIANNA, F. J. O. **Instituições políticas brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. 581 p.
- PEREIRA, M. F. **Planejamento Estratégico: teorias, modelos e processos**. São Paulo: Atlas, 2010. 141 p.
- PERFEITO, C. D. F. Planejamento Estratégico como Instrumento de Gestão Escolar. **Revista Educação Brasileira**, Brasília, v. 29, n. 58-59, p. 49-61, jan./dez. 2007.
- SOUSA, I. S. de. Projeto Político Pedagógico: A construção de uma gestão democrática para a implantação de metodologias inovadoras nas escolas. **Revista Form@ re-Parfor/UFPI**, Teresina, v. 8, n. 1, p. 73-81, 2020.
- SOUZA, J. A. J. de et al. Concepções de universidade no Brasil: uma análise a partir da missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 216-233, 2013.

Artigo recebido em: 2022-01-29

Artigo reapresentado em: 2022-02-01

Artigo aceito em: 2022-02-14